



Relatório de Análise de Impacto

Nº do processo: 21000.004171/2024-63 Descrição: DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE CONFORMIDADE PARA EMBALAGENS E SUPORTES DE MADEIRA UTILIZADAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL
Tipo de Norma: Portaria
Unidade Responsável: DSV
Regime de tramitação: Comum Urgente

CPF	Nome	Email	Ramal
***.478.846-**	EDUARDO HENRIQUE PORTO	eduardo.henrique@agro.gov.br	6132182779
***.249.416-**	RAFAEL RIBAS OTONI	ribasotoni@yahoo.com.br	6132182694

1 - Descrever brevemente qual o problema ou a situação que a proposta pretende solucionar. (Elabore um texto de cinco a dez linhas).

O uso de embalagem e suporte de madeira utilizada para acondicionamento de mercadoria de qualquer natureza no trânsito internacional é regulado pelo MAPA e esta disciplinado em todo o mundo pela Convenção Internacional dos Vegetais - CIPV, por meio da Norma Internacional de Medidas Fitossanitária - NIMF 15. Foi estabelecido a marca IPPC em substituição ao certificado fitossanitário. Assim, todas as embalagens de madeira utilizadas no trânsito internacional de mercadorias devem receber um tratamento fitossanitário reconhecido pela NINF 15 e possuir a marca IPPC. 80% de todos os bens comercializados internacionalmente estão amparados por embalagens e/ou suportes de madeira. Além disso, a embalagem de madeira é utilizada para acondicionar mercadorias de toda natureza, não apenas produtos agropecuários. Dessa forma, O MAPA atua em quase todas as operações de importação realizadas no país, causando grande impacto à logística e as operações de comércio. O programa de conformidade estabelecido em conjunto com o órgão aduaneiro trará ganhos de agilidade as operações e principalmente a redução

2 - Indique a legislação que ampara a resolução do problema ou situação, no âmbito das atribuições legais e regulamentares do MAPA e da SDA.

A proposta pretende estabelecer os requisitos mínimos previstos no Artigo 12 da Lei 14.515, de 29 de dezembro de 2022. A proposta regulamenta o programa de incentivo à conformidade em Defesa Agropecuária relacionado ao uso de embalagem e suporte de madeira utilizada para acondicionamento de mercadoria de qualquer natureza no trânsito internacional. A fiscalização de embalagem de madeira está disciplinada pela Portaria 514/2022 que internalizou a NIMF 15.

3 - Esse problema ou situação pode ser considerado como uma prioridade institucional? Indicar objetivamente as razões.

Sim. Pois faz parte da regulamentação e implementação da LEI 14515/2022.

4 - Quais seriam os principais atores afetados ou interessados em conhecer e discutir o ato normativo proposto? (Apontar os dados de identificação dos atores de modo mais completo possível: nome ou instituição, endereço, telefone de contato, fax, e-mail etc.)

Todos os operadores de comercio exterior.

5 - Se o MAPA não adotar alguma medida para resolver o problema ou situação (hipótese de não ação), qual seria a tendência com relação às consequências? (Marque apenas uma opção).

- Agrava-se rapidamente
- Agrava-se lentamente
- Mantém-se estável
- Resolve-se lentamente
- Resolve-se rapidamente
- Imprevisível



Relatório de Análise de Impacto

6 - Quais são as alternativas identificadas, além da regulamentação e da inação, para enfrentar o problema e alcançar os objetivos definidos? (Aponte todas as medidas alternativas identificadas)

Não existe alternativa ao processo regulatório, uma vez que o capítulo III da Lei 14515/2022 estabelece que o programa de conformidade deverá ser regulamentado pelo Mapa.

7 - Quais são os principais impactos (econômicos, sociais, ambientais) esperados (positivos e negativos, desejáveis e indesejáveis, diretos e indiretos) de cada alternativa identificada, incluída a regulamentação e a inação, sobre cada ator ou grupo afetado? (Descarte alternativas inviáveis, ineficazes ou de difícil implementação)

Considerando que será um programa instituído em conjunto com a RFB e serão estabelecidos benefícios pelos dois órgãos o ganho econômico com a agilidade na liberação de cargas será exponencial com redução do tempo de desembarço aduaneiro e redução do risco de introdução de pragas florestais e consequentemente redução do custo de contação e erradicação dessas pragas ou ainda custos para o setor de florestas plantadas principalmente. O ganho ambiental também pode ser citado uma vez que com a adesão ao programa o importador assumirá responsabilidades que reduzirão o risco de introdução de pragas florestais exóticas no país contribuindo para a preservação de florestas nativas, urbanas e de florestas plantadas. A conservação de florestas urbanas tem um custo social que deve ser considerado com a implementação de um programa de conformidade que reduz o risco de intrdução de pragas no país.

8 - Compare as alternativas viáveis encontradas, pelo menos em termos de efetividade e eficiência, e aponte a alternativa recomendada.

A única alternativa é a regulamentação pois atende o o comando da lei 14515/2022.

9 - O problema ou situação já foi regulamentado em outros países? (Se sim, especificar as autoridades e o modo como regulamentaram o assunto em seus países).

- Não
- Sim. Especificar.

10 - Existem outros atos normativos vigentes no Brasil ou em acordos dos quais o país é signatário que são aplicáveis ao problema ou situação? (Se sim, indicar as principais normas vigentes: leis, decretos, resoluções, portarias, etc.).

- Não
- Sim. Especificar.

Lei 14515/2022 ,Decreto 5759/2006 ,Decreto 5741/2006 ,NIMF 15 ,Portaria 514/2022 ,Portaria RFB nº 2.384/ 2017,



Relatório de Análise de Impacto

11 - Existem atos normativos passíveis de serem afetados pela disposição pretendida?

- Não
- Sim. Especificar.

12 - Quais são os objetivos pretendidos com a proposta desse ato normativo e os benefícios esperados a partir da sua implementação? (Escreva os objetivos em forma de tópicos. Distinguir os benefícios de curto, médio e longo prazo)

O Programa de Conformidade para embalagens e suportes de madeira tem o objetivo de implementar procedimentos de controle e fiscalização com foco na facilitação do comércio exterior e na segurança fitossanitária da cadeia de suprimentos internacional

13 - Quais são as medidas contidas no ato normativo para alcançar os objetivos pretendidos? (Escreva os objetivos em forma de tópicos)

As empresas certificadas serão responsáveis por aplicar controles na cadeia de importação para evitar a presença de pragas nas embalagens e suportes de madeira. Todas as ações são registradas e compartilhadas com MAPA.

14 - Existem estimativas sobre os custos da implementação do ato normativo proposto, incluindo a sua distribuição entre os diversos atores ou grupos afetados? (Se sim, anexar os dados e documentos pertinentes)

- Não
- Sim. Especificar.

15 - Quais são os recursos necessários para a implementação do ato normativo proposto? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Infraestrutura já disponível na unidade administrativa
 - Despesas ou transferências de recursos financeiros dos PIs da unidade administrativa
 - Novos equipamentos, desenvolvimento ou adaptação de sistemas de informação da SDA/MAPA
 - Contratação, capacitação ou treinamento de pessoas da unidade administrativa
 - Novos equipamentos, desenvolvimento ou adaptação de sistemas de informação das Unidades Organizacionais das SFAs das Unidades da Federação
 - Capacitação ou treinamento de pessoas dos órgãos de execução das atividades de fiscalização dos Estados
 - Outros. Especificar e quantificar:
-



Relatório de Análise de Impacto

16 - Quais seriam as principais dificuldades relativas à implementação do ato normativo proposto? (Administrativas, financeiras, entre outras)

Sistemas informáticos

17 - Os benefícios esperados superam os custos de implementação da proposta? (Indicar brevemente as razões)

- Não. Por quê?
 Sim. Por quê?

Menor custos operacionais e humanos para intervir nas operações de importação de embalagens e suportes de madeira no modelo tradicional. Além disso, ganhos operacionais e logísticos para os operadores certificados.

18 - A implantação do ato normativo proposto depende da atuação de diferentes unidades administrativas do MAPA ou de outros órgãos ou instituições de governo? (Se sim, indicar os atores envolvidos e suas respectivas atribuições)

- Não.
 Sim. Relacionar.

RFB e VIGIAGRO

19 - Qual é a opinião das autoridades incumbidas de executar as medidas quanto à clareza dos objetivos pretendidos e à possibilidade de sua execução?

As autoridades participaram da elaboração do ato normativa e concordam com o texto proposto

20 - O ato normativo foi submetido a testes sobre a possibilidade de sua implantação, com a participação das autoridades encarregadas de aplicá-lo? Por que não? A que conclusão se chegou?



Relatório de Análise de Impacto

Sim, foi submetivo aos testes, consultas e foi apresentado ao diversos intervenientes do comércio exterior

21 - Há necessidade de algum período de adaptação das empresas ou órgãos de governo para o cumprimento do ato normativo proposto? (Se sim, indicar brevemente as razões e o período necessário, em meses).

- Não.
- Sim. Relacionar.

22 - Quais mecanismos serão adotados para viabilizar a consulta e a participação dos atores e grupos afetados ou interessados? (Marque todas as opções aplicáveis)

- Ofício
- Reunião
- Consulta Pública
- Audiência Pública
- Câmara Setorial
- Outros. Especificar:

23 - Observações adicionais:

A proposta de texto foi construída em conjunto com a RFB e VIGIAGRO. O texto foi submetido ao Fórum consultivo do programa Operador Econômico Autorizado, que reúne quase todas empresas afetadas, além de ter sido apresentado aos intervenientes durante eventos como o Procomex e OAB Rio de Janeiro.
